

Os significados atribuídos ao trabalho pelos membros dos grupos urbanos incubados pela Incubadora De Empreendimentos Solidários (IESOL) em Ponta Grossa/PR.

Ana Paula Machado y Reidy Rolim de Moura.

Cita:

Ana Paula Machado y Reidy Rolim de Moura (2019). *Os significados atribuídos ao trabalho pelos membros dos grupos urbanos incubados pela Incubadora De Empreendimentos Solidários (IESOL) em Ponta Grossa/PR. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1782>



Os significados atribuídos ao trabalho pelos membros dos grupos urbanos incubados pela Incubadora De Empreendimentos Solidários (IESOL) em Ponta Grossa/PR

Ana Paula Machado
Reidy Rolim de Moura

Resumo

O estudo do significado do trabalho pressupõe a investigação acerca da importância desta categoria no conjunto da vida das pessoas, do trabalho enquanto resultado de um processo de construção que envolve múltiplas dimensões, está em constante movimento e é resultado de variáveis pessoais e do ambiente em que o indivíduo está inserido. Nesta perspectiva, o objetivo geral deste trabalho foi definido como: compreender os significados do trabalho para os membros dos grupos urbanos incubados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), no município de Ponta Grossa – PR, no ano de 2018, assim como, compreender como estes percebem o trabalho a partir do seu ingresso numa organização coletiva de trabalho. O estudo empregou a pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa empírica foi desenvolvida a partir da utilização de um roteiro de entrevista semiestruturada, com a utilização de perguntas abertas. A sistematização dos dados obtidos se deu a partir da escuta, transcrição e análise das entrevistas, utilizando-se do método de análise de conteúdo. Como resultados, nota-se que os sujeitos da pesquisa atribuem diferentes significados ao trabalho quando inseridos na perspectiva da Economia Solidária, em comparação à inserção no trabalho desenvolvido a partir da lógica capitalista. Depreende-se que a EcoSol se constitui numa importante alternativa de trabalho, especialmente para os sujeitos que foram ou estão excluídos do mercado formal, devido à não adaptação às condições impostas ou à falta de qualificação profissional exigida pelo mercado.

Palavras Chaves

Mundo do Trabalho; Economia Solidária; Significados do Trabalho; Trabalho Coletivo; Subjetividade.

Introdução

A análise da categoria trabalho demanda a investigação acerca das diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho ao longo da história da atividade humana, da luta pela sobrevivência e da centralidade assumida pelo trabalho na sociedade.

Ao pensar o capitalismo como uma corrente hegemônica que avança para além das relações de mercado, denota-se que a questão do trabalho se estabelece como sendo abrangente e carregada de significados, o que levou às reflexões acerca destes



significados do trabalho e a influência exercida por eles na conquista da dignidade, da humanidade e da felicidade social, conduzindo à investigação desta categoria também a partir das subjetividades que a envolvem.

Destaca-se que o trabalho desenvolvido junto aos grupos incubados e as demais experiências proporcionadas pelo ambiente da extensão universitária foram preponderantes para a aproximação com o mundo do trabalho e suas expressões, especialmente por apresentar a economia solidária (EcoSol) como uma alternativa de trabalho ao modo de produção dominante: o capitalismo.

Assim, delimita-se como objeto de estudo da pesquisa os significados atribuídos ao trabalho pelos membros dos grupos urbanos incubados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na perspectiva da economia solidária, no município de Ponta Grossa – PR, no ano de 2018.

Sendo parte de uma temática que se propõe a investigar o trabalho e a sociabilidade no mundo do trabalho, a pesquisa traz os seguintes eixos de problematização: “Como se organizam para o trabalho os grupos urbanos incubados pela IESol no município de Ponta Grossa/PR? ”; “Como os membros destes grupos significam o conceito de trabalho a partir das atividades que desenvolvem?”; “Como os princípios enunciados pela Economia Solidária contribuem para o entendimento do trabalho pelos grupos urbanos incubados pela IESol?”

Como objetivo geral, esta pesquisa busca compreender os significados do trabalho para os membros dos grupos urbanos incubados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), no município de Ponta Grossa – PR, no ano de 2018, assim como, busca-se compreender como estes percebem o trabalho a partir do seu ingresso numa organização coletiva de trabalho.

Como forma de adentrar ao objeto de estudo, procedeu-se com uma pesquisa de campo, tendo por sujeitos dois associados de cada um dos quatro grupos urbanos incubados pela IESol em Ponta Grossa/PR. A escolha pelos grupos urbanos se deu por questões de logística e aproximação, pois, desde o ingresso na IESol, teve-se contato direto e participação das ações de incubação junto a três dos quatro grupos elencados como universo desta pesquisa. Como forma de operacionalização da pesquisa, elegeu-se a entrevista semiestruturada. A pesquisa também teve também natureza documental e bibliográfica.



Trabalho, significados e economia solidaria: apontamentos conceituais

A categoria trabalho aparece como um aspecto central da vida humana desde os tempos mais primitivos, seja na busca pela sobrevivência, na luta pela dignidade ou como meio de realização para homens e mulheres. Isto implica pensar o trabalho como parte constituinte das relações sociais, sendo difícil estabelecer a sua compreensão dissociada das relações da vida humana. Nesse sentido este se estabelece como sendo vital, visto que se constituiu como uma realização essencialmente humana. É a partir do trabalho que homens e mulheres se distinguiram das formas de vida dos animais. (Antunes, 2008)

Segundo Marx (1971), citado por Antunes (2008, p. 01), “é célebre a distinção entre o “pior arquiteto e a melhor abelha”: o primeiro concebe previamente o trabalho que vai realizar, enquanto a abelha labora instintivamente.”

A história do trabalho está associada aos regimes de produção desenvolvidos pelo homem ao longo dos tempos, dentre eles o modo de produção feudal, escravista e capitalista, este que se perpetua até a atualidade. Assim, como forma de ampliar as discussões acerca do trabalho, abre-se espaço para a discussão a partir da inserção desta categoria no modo de produção capitalista.

A abordagem da categoria trabalho decorre de sua estruturação e inserção em alguns processos históricos compreendidos pelo período supracitado, dentre eles: a “ascensão do liberalismo político, dos Estados nacionais, da divisão da sociedade em classes sociais e das atividades do trabalho nas relações de produção e circulação capitalistas.” (Pinto, 2013, p. 13).

E é partir de todos esses processos históricos que se fundamentaram as condições de vida da sociedade contemporânea, decorrentes das principais transformações científicas e tecnológicas que, mais tarde, vieram a constituir as bases dos principais sistemas de organização do trabalho, muitos dos quais observados até hoje (Pinto, 2013, p. 13).

O mundo do trabalho carrega as desigualdades e divergências do sistema no qual está inserido, o que pressupõe uma estratificação e repartição mundial do trabalho. Para isso, Pochmann (2001) apropria-se do entendimento de que a economia mundial se estrutura a partir de relações que se estabelecem entre centro e periferia, em que o centro da economia mundial representa a posição de poder de comando, com predominância das atividades de controle das cadeias de produção, além da criação e difusão de novas tecnologias. Com papel secundário na estrutura de poder mundial, a periferia atua com posição subordinada na “apropriação do excedente econômico e dependente na geração e absorção tecnológica”. (Pochmann, 2001, p.4).



O estudo do significado do trabalho pressupõe a investigação acerca da importância desta categoria no conjunto da vida das pessoas, do trabalho enquanto resultado de um processo de construção psicológica que envolve múltiplas dimensões, está em constante movimento e é resultado de variáveis pessoais e do ambiente em que o trabalhador está inserido. Neste sentido, o trabalho representa um importante conceito nas sociedades ocidentais contemporâneas, além de exercer uma influência considerável sobre a motivação de quem o desempenha.

Para Cavalheiro (2010) citado por Pereira & Tolfo (2016, p. 306), os estudos sobre os significados do trabalho se ampliaram a partir da década de 1970, sendo especialmente movidos pelas transformações nos modos de produção, sendo as principais: a intensificação do ritmo de trabalho, a exigência de maior qualificação e de desempenho dos trabalhadores e o desemprego.

Resultado da atividade humana, o trabalho é determinado pelo homem e subordinado a sua vontade, que o torna possível. Também pode ser entendido como condição de existência do homem, atuando como mediador entre o conjunto de reações que se estabelecem entre o homem e a natureza. (Marx, 1983)

O trabalho compreendido como uma atividade orientada para a satisfação das necessidades humanas, não se realiza de modo imediato, mas sim, através de diversas aproximações com o real. Em *O Capital* (1988), Marx afirma que “antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (Marx, 1988, p. 202)

No entanto, os avanços científicos e metodológicos ao longo do tempo proporcionaram inúmeras conquistas, mas também resultaram em contradições no mundo do trabalho. Na medida em que a evolução das informações que propicia o planejamento e desenvolvimento de ações globais pautadas pela análise de múltiplos fatores - sociais, políticos, econômicos e ambientais – deveria favorecer o caráter emancipador do trabalho humano, a manipulação do capital pelas nações que o detém, resulta na segregação do trabalho como um meio de exploração, degradação e alienação humana, levando à precarização das relações laborais.

No que diz respeito as transformações ocorridas no mundo do trabalho, estas avançam para além de questões como o desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global, mas evidenciam a estruturação de relações sociais de subalternidade, ou seja, de produção capitalista. E assim, “a condição de trabalhador assalariado tornou-se uma



condição humana, sendo elemento compositivo da normalidade social.” (Alves, 2007, p. 39).

Depreende-se que a compreensão de trabalho vertente da sociedade capitalista já não satisfaz o indivíduo e ainda, falha na tentativa de construção de uma identidade, de um sentimento de pertença, além de não favorecer o desenvolvimento do homem na sua plenitude e ainda contribuir, para o processo de desumanização, ao impedir o desenvolvimento da personalidade humana.

É notável que o modo de produção capitalista não responde às necessidades humanas de realização laboral. As relações estabelecidas entre o homem e a natureza assumem um carácter abstrato, por meio da “coisificação” das relações sociais, em que apenas os produtos do trabalho são valorizados e o trabalho é descaracterizado como atividade vital. (Antunes, 1995). Até mesmo os vínculos sociais construídos a partir das relações de trabalho assumem o valor de coisas. A lógica capitalista que valoriza a racionalidade nas relações desconsidera as qualidades do trabalhador e, por meio da fragmentação dos processos produtivos, promove também, a ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. (Antunes, 1995)

Segundo Marx (1983), citado por Antunes (1995, p. 128), a sociedade movida pelo capital estrutura-se a partir de uma notável contradição: ao passo que produz uma riqueza e multiplicidade de necessidades, também conduz ao empobrecimento do homem quando converte o trabalhador em um ser “isento de necessidades”.

A partir da lógica capitalista neoliberal, que objetiva a redução do trabalho a um fator de produção, percebe-se que também ocorrem danos aos direitos de cidadania, especialmente em momentos de crise econômica e reestruturação do mundo do trabalho, em que as fragilidades do ser social são expostas a partir dos processos de destruição criadora. O resultado desta exposição é a precarização das relações sociais que se estabelecem no mundo trabalho, que corrobora para a desconsideração do valor do trabalho como bem imaterial e cultural.

Ainda que o trabalhador tenha a garantia de um salário adequado que lhe permita o desfrute de uma “vida cheia de sentido”, a construção de uma vida plena, “com finalidade em si mesma”, não existe sem a satisfação de todas as suas necessidades de consumo, que acabam por serem ditadas pelo capitalismo e permeiam a vida do trabalhador. Assim, o trabalhador tem sua liberdade individual restringida e vinculada ao lugar que ocupa na divisão do trabalho, e não conforme as características presentes em sua personalidade (Antunes, 1995, p. 129).



A análise da venda da força de trabalho sob a perspectiva do capital, evidencia uma redução do indivíduo, ao passo que o trabalho não conduz para o desenvolvimento das potencialidades ou para a realização do trabalhador. Dessa forma, a emancipação humana constitui-se numa realidade que parece distanciar-se cada vez mais do conceito de trabalho, uma vez que este mesmo conceito sofre um esvaziamento de seu sentido mais genuíno: a realização do ser social com vistas a promoção humana.

É possível perceber uma desapropriação, em Marx (1988), acerca do conceito de trabalho, pois, se o trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza para a satisfação de suas necessidades, não sendo estas necessidades frutos da liberdade humana, o trabalho também passa a ser expropriado do próprio homem que o constitui.

A divisão social do trabalho demanda a qualificação do trabalho em detrimento da desqualificação humana. O sistema produtivo foge do domínio do homem que acaba sendo englobado pelas mudanças no sistema de relações de trabalho.

Em relação aos sentidos assumidos pelo trabalho na vida das pessoas, para além da questão financeira, da obtenção de renda ou de uma forma de subsistência, o trabalho é (ou deveria ser) ainda, um meio para se relacionar com outras pessoas, uma maneira para evitar o tédio, uma possibilidade de vinculação a um grupo ou categoria, uma forma de satisfação pessoal e um instrumento para a realização de um projeto de vida. Ainda que se tenha avançado científica e tecnologicamente, tais avanços se mostram bastante contraditórios, na medida em que não atendem às necessidades de empregabilidade da classe trabalhadora, voltando-se majoritariamente para a produção de lucro e não valorização da classe que o produz.

Por outro lado, também se questiona se estar empregado é suficiente, uma que vez que no atual contexto de crescimento do desemprego, torna-se quase impossível que a maioria das pessoas escolha uma profissão que lhes permita conciliar suas aptidões às necessidades físicas e mentais dos indivíduos (Pinto, 2013).

Instaura-se a sociabilidade do medo, em que o trabalhador se sente coagido a responder ao mercado, ainda que isto implique na subestimação de seus sonhos e expectativas, na anulação dos seus anseios e potencialidades.

Retoma-se o conceito de que trabalho é entendido como a atividade humana para a transformação da matéria-prima, da qual o capitalismo se apropria para a geração de valor, reduzindo o homem a mera força de trabalho e recurso essencial para a expansão do capital (Marx, 1988). Há que se considerar então que, para que a venda da força de



trabalho não seja forjada para servir a este capital, é essencial o reconhecimento do trabalho como elemento central da vida e das relações humanas.

Vale destacar que o significado do trabalho é um processo de construção realizado pela classe trabalhadora e que, sendo o trabalho um elemento “fundante da vida humana” (Antunes, 2008, p. 3), as relações de apreço e significância extrapolam tempo e espaço, já que se estabelecem muito antes do ingresso no processo produtivo e avançam para além do chão das fábricas e demais ambientes de trabalho.

Impulsionado pelo avanço do capitalismo, o mercado de trabalho vem absorvendo um número cada vez menor de pessoas, tornando maior o número de desempregados. Visando dar uma resposta a essa triste realidade, no final do século XX, uma forma alternativa de economia, pautada pela autogestão, surge como uma proposta de adesão para estes indivíduos que se encontravam às margens da sociedade.

A Economia Solidária se apresenta como uma alternativa de trabalho para além do modo de produção capitalista, esta visa o desenvolvimento, a transformação social e a participação de todos os envolvidos na produção e nas sobras obtidas a partir das atividades econômicas, diferindo dos princípios do capitalismo, que visam a acumulação e o lucro, através da centralização do capital. (Goerck, 2006).

Dentre as características que mais contrapõem a EcoSol ao modo de produção capitalista, está o processo autogestionário: uma forma de gestão do grupo, que implica em assumir responsabilidades, uma prática à qual as pessoas não estão naturalmente predispostas a exercer, pois, segundo Singer (2002, p. 21) “aprende-se a obedecer e temer os “superiores” desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira.”

A Economia Solidária se insere num novo conjunto de temas que vêm ganhando cada vez mais espaço no campo da Sociologia do Trabalho. Atualmente ela ocupa um dos focos da observação sociológica, ao lado de campos mais tradicionais de interesse, como a organização do trabalho, o sindicalismo, o mercado de trabalho, a qualificação do trabalho e, mais recentemente, a divisão sexual do trabalho: todos estes campos se caracterizam como objetos de investigações a partir das diversas realidades sociais. (Leite; Georges, 2009)

Resultados da pesquisa: o significado do trabalho sob a perspectiva da economia solidária:

Na cidade de Ponta Grossa/PR a EcoSol consolida-se como uma alternativa viabilizada pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), vinculada à Universidade



Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Criada em setembro de 2005, a IESol é resultado da discussão de um grupo inicialmente formado por professores, alunos e técnicos da UEPG e, desde então, vem contribuindo para a proposta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária – tripé que compõe a formação acadêmica.

A prática na IESol é pautada pelos princípios da Economia Solidária, tais como: a autogestão, o cooperativismo, a solidariedade, a autonomia e a sustentabilidade. Tais princípios se fazem presentes nas ações da equipe no acompanhamento dos empreendimentos econômicos solidários, nas reuniões do conselho de autogestão e em quaisquer outras ações cotidianas que acontecem na Incubadora.

Os grupos atendidos pela IESol perpassam diversos segmentos de atuação como artesanato, separação e triagem de material reciclável, jardinagem, alimentos, artesanato, produtos agroecológicos, entre outros. A tabela a seguir mostra todos os grupos atualmente incubados pela IESol, o ramo de atuação dos seus associados e se estão localizados na zona urbana ou rural.

No que tange a caracterização dos quatro dos nove empreendimentos econômicos solidários incubados pela IESol no município de Ponta Grossa/PR de cunho urbano e que foram priorizados para este trabalho temos seis mulheres e dois homens, lembrando que foram entrevistados dois membros de cada grupo, totalizando 08 no final. A faixa etária dos sujeitos entrevistados é bastante ampla, sendo dois deles com idade compreendida entre 18 e 40 anos, cinco entre 41 e 59 anos e apenas um com 60 anos ou mais. A relação idade X tempo de trabalho na EcoSol evidencia certa estabilidade oferecida por esta alternativa na medida em que os sujeitos que nela ingressam se mantêm por um período considerável de tempo, seja pela satisfação obtida pelo modo de trabalho autogestionário, ou ainda, pela falta de oportunidades no mercado formal de trabalho, que, muitas vezes, situa a economia solidária como única oportunidade de inserção no mundo do trabalho.

Outro fator considerado e que também merece destaque é o grau de escolaridade dos associados, sendo que um deles possui ensino fundamental incompleto, dois possuem ensino fundamental completo, um possui ensino médio incompleto, um possui ensino médio completo e três possuem ensino superior completo, sendo um deles com uma pós-graduação em andamento.

Cabe ressaltar que 50% dos associados entrevistados nunca trabalharam no mercado formal com registro em carteira assinada, possuindo uma trajetória laboral marcada pela informalidade (auxiliar na construção civil e carrinheira) ou ainda, tem-se os relatos



daqueles que tiveram suas primeiras experiências de trabalho oportunizadas pela economia solidária (feiras nas igrejas).

O estudo da subjetividade no mundo do trabalho aflora-se quando, por volta dos anos 60 do século XX, o campo sociológico, antes focado nos aspectos técnicos do trabalho, passa a intensificar sua preocupação com o operário, elemento humano deste universo (Wautier, 2012).

A partir disso, o conceito de trabalho recebe ampliações para além da vida profissional, passando a considerar o operário como um trabalhador que é parte de um “amplo leque de relações e identificações.” (Wautier, 2012, p. 150).

A centralidade assumida pela categoria trabalho na vida humana se evidencia, em Marx (1985), que o conceituava como condição de existência para o homem. Num primeiro momento, a relação do trabalho com o “existir” humano pode parecer um pouco radical e até mesmo cruel, quando, de maneira lógica e simplificada, poderíamos dizer que quem não trabalha, não existe. No entanto, esta conotação de trabalho mostrou-se bastante presente nas falas dos associados e membros dos grupos incubados, conforme relatos que seguem:

(...)i... “pra” mim trabalho é tudo! Eu sei lá... é tudo, tudo, porque sem o trabalho né, uma pessoa sem o trabalho não tem ação né, é uma pessoa, como é que diz, desvalorizada, né?! (Entrevistado 8)

A relação que o trabalhador estabelece com o seu trabalho lhe permite fazer o julgamento da atividade desempenhada como sendo útil e contributiva à vida em sociedade. Esta relação se reflete inclusive na forma como o próprio trabalhador se auto avalia e se reconhece mediante o trabalho que executa, em outras palavras, o trabalho interfere diretamente na forma como o trabalhador se percebe, se reconhece e também, na forma como a sociedade em geral o percebe. Nota-se que o conceito socialmente aceito de trabalho se sobrepõe ao conceito de significação pessoal. Não basta trabalhar ou se satisfazer, o sentir-se bem a partir da atividade desempenhada, passa pelo crivo e reconhecimento social de que a referida atividade é tida como trabalho.

Quando questionado sobre o que entendia por trabalho, muitos entrevistados se reportava ao resultado produzido.

Tem-se a partir de Wautier (2012) que o trabalho também é produção, no entanto, nota-se a partir da fala de um dos entrevistados que, a ausência de criticidade e reflexão na compreensão do trabalho como sendo multifacetado, pode levar a uma equivocada



simplificação deste conceito, que passa a ser interpretado apenas a partir de uma visão produtiva, quando deveria se considerar também, a subjetividade do trabalho e do trabalhador que o realiza.

O conceito de trabalho acaba sendo frequentemente interpretado unicamente a partir da profissão daquele que o executa. Não se pode considerar esta como uma associação errônea, no entanto, nos parece demasiadamente limitada quando consideradas as múltiplas dimensões que compõem esta categoria. Por outro lado, esta mesma associação é contemplada pelo conceito de identidade que se desenvolve a partir do trabalho, que atua como instrumento de identificação do trabalhador, ao fornecer elementos que permitem transmitir ao mundo quem ele é, além de contribuir, inclusive, para a auto percepção deste trabalhador, ou seja, a forma como ele próprio se reconhece e se denomina.

Alguns dos entrevistados tiveram dificuldades na interpretação quando indagados a respeito de suas profissões, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento, da função que desempenham no grupo ou associação, como trabalho, o que pode ser verificado na fala do entrevistado 6, quando questionado sobre ter uma profissão e sobre qual seria esta profissão:

Esta dificuldade em reconhecer o vínculo de trabalho na economia solidária como uma profissão muitas vezes é reflexo da forma de inserção do associado no empreendimento. As motivações podem ser diversas, mas são, geralmente, por necessidades econômicas, o que muitas vezes explica a falta de conhecimento e como consequência, de comprometimento do associado com os princípios que deveriam reger o processo de trabalho nestes espaços, o que corrobora para esta dificuldade em reconhecer a função desempenhada no EES como profissão.

O fator sociabilidade mostra-se muito presente nas relações dentro da EcoSol : e isso pode ser verificado nas falas dos associados:

Trabalhar na Economia Solidária “pra” mim é ótimo, é o melhor trabalho que tem, porque a gente convive(...). (Entrevistado 4)

Assim, a sociabilidade no mundo do trabalho mostra-se mais perceptível na economia solidária que no modo de produção capitalista. Não que as interações sociais sob a ótica capitalista não sejam possíveis, mas nota-se que não há um incentivo para que elas ocorram, dadas as condições de trabalho no mercado formal: redução dos intervalos para fazer as refeições e para o descanso, aumento das jornadas de trabalho sem aumento da



remuneração, cobranças para o cumprimento de metas que são responsáveis por acirrar a competitividade entre os trabalhadores, aumento da repressão aos coletivos organizados de trabalhadores, criminalização sindical, entre outros.

Embora o trabalho, no sentido que conhecemos hoje, seja uma invenção moderna, que coincide com o surgimento da industrialização capitalista, esta mesma tipologia de trabalho teve (e ainda tem) grande contribuição na integração social daquele que o desempenha, sendo responsável por garantir, especialmente aos mais pobres, o acesso aos direitos de cidadania (Silva, 2014).

O desprovido de salário, é, muitas vezes, a maior motivação para o ingresso de trabalhadores e trabalhadoras na EcoSol. Sem salário e sem contribuir com a Previdência Social, estão desassistidos de políticas públicas que lhe assegurem o acesso e a garantia a direitos trabalhistas. A desigualdade social e a concentração da renda são fatores que contribuem para a exclusão destes trabalhadores e trabalhadoras do mercado formal de trabalho. O não acesso à riqueza socialmente produzida os coloca numa situação de pobreza e vulnerabilidade social que, segundo Cortes (2010, p. 181) “interfere no grau de integração dos indivíduos às normas do convívio social, padrão cultural, acesso às descobertas científicas já integradas a vida social, acesso aos serviços básicos, a justiça [...]”.

A trajetória laboral dos associados revela que alguns nunca trabalharam no mercado formal, com registro em carteira assinada. Pode-se então afirmar que o trabalho na perspectiva da EcoSol, ainda que não garanta o acesso aos direitos trabalhistas, é um importante – e em alguns casos, único - meio de inserção dos indivíduos no mundo do trabalho, com uma possibilidade de obtenção de renda.

Ao serem indagados sobre as possíveis diferenças observadas entre o mercado formal de trabalho e o trabalho na economia solidária, os entrevistados a partir das falas das associadas, destaca-se o caráter emancipatório do trabalho na EcoSol, na medida que, a inserção nos empreendimentos e consequente possibilidade de obtenção de renda, vêm possibilitando que muitas mulheres se libertem de situações de violência, opressão e desvalorização em que muitas vezes se encontram.

São muitos os casos em que elas ainda assumem sozinhas o ônus do cuidado com os filhos e/ou com outros dependentes da renda familiar. O ingresso nestes EES vem permitindo que as mulheres, através da autogestão, organizem o tempo que dispõem ao trabalho de modo a não prejudicar o tempo para os cuidados que dedicam aos filhos, à família e às demais atividades. Destaca-se que a emancipação pelo trabalho passa antes,



nem todos os associados conseguem perceber o trabalho para além dos ditames da sociedade do capital.

No entanto, é pertinente considerar que se torna extremamente difícil pensar o trabalho para fins de bem-estar e realização quando este é incapaz de satisfazer as necessidades básicas humanas, situação que se verifica com vários membros dos EES que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Por outro lado, na figura da nuvem também se destacaram as palavras “realização”, “pessoa”, “sentem”, “agregar”, “inserida”, “grupo”, “solidária” e “associação”, evidencia de que o trabalho, na concepção dos grupos, também assume significações que se aproximam mais dos princípios da EcoSol. Segundo os associados, para além da obtenção ou complementação da renda, a economia solidária favorece a convivência e a interação com as outras pessoas, sendo capaz de proporcionar prazer e gosto pelo trabalho desempenhado.

Alguns entrevistados ainda destacam o caráter solidário, de partilha e união que encontram nas relações estabelecidas a partir dos empreendimentos econômicos solidários. Pelo menos três entrevistados conceituam o trabalho como uma forma de terapia; de “espairecer e esfriar a cabeça”; um meio para “não enlouquecer”; uma forma de obter bem-estar, dignidade e oportunidades.

Todos os associados relataram se sentir muito bem nos seus respectivos ambientes de trabalho e dizem não querer retornar ao mercado formal ou deixar de trabalhar segundo a perspectiva da EcoSol. Sendo parte de uma sociedade que luta para assegurar a hegemonia do capital em detrimento do desenvolvimento e emancipação humana, torna-se desafiador tentar compreender os significados do trabalho na economia solidária sem esbarrar nas expressões capitalistas, a exemplo da pobreza e da desigualdade social.

Frente a isso, a compreensão dos significados do trabalho pelos trabalhadores e trabalhadoras dos EES urbanos incubados pela IESol, parece ter sido parcialmente comprometida por um modo de produção que é capaz de impossibilitar o trabalhador de desfrutar de uma “vida cheia de sentido” (Antunes, 1995).

No entanto, no que concerne aos muitos significados assumidos pelo trabalho, nota-se a existência de acentuadas diferenças na sua compreensão enquanto atividade desenvolvida nos moldes capitalistas e na perspectiva da economia solidária.

Há que se considerar ainda, como algo extremamente positivo, o reconhecimento do trabalho - por parte destes trabalhadores e trabalhadoras dos EES - como um meio de



obter felicidade, de concretizar um projeto de vida e ainda, uma possibilidade de realização pessoal.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal investigar os significados atribuídos ao trabalho pelos grupos urbanos incubados pela IESol sob a perspectiva da economia solidária. A partir disso, depreende-se que os significados atribuídos ao trabalho são construídos a partir das relações estabelecidas no mundo laboral, sendo possível, a partir da sociabilidade, identificar os avanços e desafios encontrados nesta categoria, visando a valorização das relações de trabalho e, principalmente, da subjetividade do trabalhador. Nota-se que os sujeitos da pesquisa atribuem diferentes significados ao trabalho quando inseridos na perspectiva da Economia Solidária, em comparação àqueles inseridos no trabalho desenvolvido a partir da lógica capitalista.

A EcoSol é reconhecidamente uma possibilidade viável de trabalho para quem não tem emprego, para aqueles que estão excluídos do mercado formal, devido à não adaptação às condições impostas ou à falta de qualificação profissional exigida pelo mercado. No entanto, isto não a torna isenta de críticas e questionamentos, que devem ser viabilizados nos próprios espaços de discussão e conselhos autogestionários das incubadoras, grupos e empreendimentos, como forma de aprimorar o trabalho e superar as fragilidades identificadas. Reforça-se a importância de priorizar políticas abrangentes de proteção social para a classe trabalhadora, capazes de promover e assegurar condições de trabalho dignas e que levem em conta a subjetividade dos indivíduos inseridos no mundo do trabalho.

Cabe ao poder público e aos empregadores pensarem estratégias abrangentes que favoreçam o bem-estar, a saúde, a segurança, a proteção social e a qualidade de vida dos trabalhadores, como forma de superação das relações precarizadas de trabalho.

Dessa forma, as relações estabelecidas no mundo do trabalho precisam ser reconhecidas pelos significados que assumem na vida do trabalhador. E, para tal, conceitos como a sociabilidade, identidade, emancipação, imaterialidade, subjetividade, não deveriam ser pensados dissociados da produção de bens e da crescente produtividade exigida pelo capital. Dada a amplitude da categoria trabalho, espera-se que, a partir deste trabalho de conclusão de curso, novas pesquisas venham a ser desenvolvidas na perspectiva de investigar as tantas formas de expressão das subjetividades no mundo do trabalho, de forma que, reconhecida sua importância, os trabalhadores e trabalhadoras possam se reconhecer e também serem reconhecidos, como as peças principais do processo



produtivo. Assim, que o trabalho já não seja forjado para servir aos interesses do capital, mas que possa ser ressignificado pela classe trabalhadora - hoje tão precarizada - como um meio de realização pessoal e de transformação da realidade.

Referências

Alves, G. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

Alves, M. A.; Tavares, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

Antunes, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho. São Paulo, 2008.

Costa, L. C. O dilema brasileiro da desigualdade social. In: Costa, Lucia Cortes da; Souza, Maria Antônia de (Org.). Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010.

Costa, L. C. Questão Social e Políticas Sociais em Debate. Sociedade em Debate, Pelotas, 62 v. 12, n. 2, p. 61-76, jul. /dez. 2006.

Leite, M. de P.; GEORGES, I. P. H. Novas configurações do trabalho e Economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: _____. Novas configurações do trabalho e Economia solidária. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. Introdução. p. 13-30.

Goerck, C. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. Textos & Contextos: Revista Virtual Textos & Contextos, n. 5, ano V, 2006.

Marx, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Pereira, E. F.; Tolfo, S. da R. Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teórico-epistemológicas. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/pa-16436.pdf> Acesso em: 26 abr. 2018.

Pinto, G. A. A organização do trabalho no século XX : taylorismo, fordismo e toyotismo. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Pochmann, M. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. s/d

_____. O emprego na globalização. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2001.



Silva, J. P. Da. Tempo de Trabalho e Imaterialidade na Teoria Social de André Gorz. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n.70, p. 101-113, jan. /abr. 2014.

Wautier, A. M. O Trabalho em Perspectiva: Identidade e Subjetividade. Século XXI, Revista de Ciências Sociais. v.2, n. 2, p.149-173, jul./dez. 2012.



Experiencias y motivos de las personas para comenzar un microemprendimiento dedicado al comercio en Santiago de Chile.

Javiera Palma Carvajal
Javiera Pérez Canio

La ponencia que a continuación vamos a presentar, habla de la experiencia y la motivación que poseen los Microemprendedores o trabajadores independientes que se dedican al comercio, vale decir, a la compra y venta de productos terminados, en la comuna de Santiago en Chile. Comuna que se caracteriza por su centralidad, concurrencia pública, y por sobre todo su centro histórico, en donde se encuentran museos, centros culturales, instituciones comerciales, financieras y gubernamentales (Homeurbano, 2019).

Esta ponencia se basa en una investigación mucho más amplia, que se realizó para poder obtener el título de Sociólogas, en la cual se entrevistaron a trabajadores independientes que se dediquen al comercio y trabajen en la comuna de Santiago, sin importar si su negocio y/o actividad laboral, se encuentra registrada o regulada legalmente o no; y con la condición de llevar mínimo un año trabajando de manera independiente.

El interés por estudiar el tema del Microemprendimiento, surgió por el notable aumento del trabajo por cuenta propia que se ha ido dando, tanto en Chile como en el resto del continente, en el último tiempo. Así lo ha confirmado economistas y organismos internacionales como la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y la Organización Internacional del Trabajo (OIT) (CEPAL, 2019)

Para economistas del Centro de Estudios Públicos en Chile este es un proceso que tiende a ocurrir cuando existen periodos de desaceleración económica: donde aumenta la participación de trabajadores por cuenta propia y disminuye la de trabajadores dependientes; ocurriendo lo inverso en periodos de crecimiento económico (Penaforte, 2017). Debiendo ser preocupación y tarea de los gobiernos la integración, seguridad y control de las nuevas formas de empleo que van surgiendo cada cierto tiempo producto de los vaivenes de la economía.

Surgimiento del Microemprendimiento en Chile.

Para entender el surgimiento y crecimiento del Microemprendimiento, se debe retroceder hasta la década de los 70 y 80 cuando se comenzó a implementar el Modelo Neoliberal en Latinoamérica, a través de una serie de dictaduras militares que se dieron en la región, donde las Fuerzas Armadas comenzaron hacerse cargo de la Administración pública, política y económica de los países dominados, usando la fuerza y la represión social en contra de organizaciones populares y democráticas (Sader, 2017). Si bien cada una de las



dictaduras que se dieron en la región fueron distintas, en todas existió la intervención de Estados Unidos. Sin embargo, una de las dictaduras más emblemáticas fue la llevada a cabo por General Augusto Pinochet en Chile. Emblemática no solo por su violencia, crueldad y duración, en donde hasta el día de hoy es imposible calcular el número de víctimas y detenidos desaparecidos; sino que fue el primer país de la región en introducir y aplicar políticas neoliberales, las que fueron formuladas por economistas e intelectuales de la Escuela de Chicago, de Estados Unidos.

Fue así como Chile se convirtió en un caso emblemático de cómo se fue llevando a cabo el nuevo modelo económico, político y social del Neoliberalismo, siendo uno de los primeros países en poner en práctica todo un conjunto de medidas económicas, como: privatizaciones, liberación económica, subsidiaridad del Estado, apertura a la competencia internacional, flexibilidad laboral, entre otras. Prácticas que por lo demás, se lograron implementar sin contar con mayores resistencias o grandes detractores, gracias a la enorme represión que existía por la dictadura militar (Araujo & Martuccelli , 2012).

Transformación en el mundo del trabajo.

Fue así como este nuevo sistema Capitalista, trajo transformaciones a nivel económico, político y social, provocando grandes cambios estructurales y sociales para el país.

Uno de los grandes cambios que se dieron fue en el ámbito laboral. Ya que el modelo Neoliberal construyó la "Sociedad Salarial", tal como la define el sociólogo francés Robert Castel, donde el trabajador deja de pertenecer y reflejarse en una misma clase social, para comenzar a medirse y compararse entre sí, *"ya nadie es igual a otro, comienzan a existir las comparaciones, las diferencias y las competencias, lo cual construye el núcleo de la sociedad capitalista neoliberal"* (Castel, 2010)

Es gracias a esta diferencia social, que la Teoría de la Distinción de Bourdieu va tomando relevancia, ya que ahora las categorías socio-profesionales que van teniendo los sujetos permiten que se vayan comparando unos con otros, relacionándose entre los que son iguales, aspirando y acercándose a los que pertenecen a categorías catalogadas como superiores, y poder alejarse de los estratos inferiores (Castel, 2010)

De igual forma, el Neoliberalismo solamente ha contribuido a precarizar el trabajo mismo, manteniendo a una gran cantidad de trabajadores empobrecidos, con empleos mal pagados y/o con contratos temporales; otros tanto, simplemente no han podido integrarse al mundo laboral por no contar con ciertas capacidades mínimas necesarias, como saber leer, escribir, contar con cierto grado educacional, o vivir en ciertos lugares catalogados como periféricos o peligrosos, entre otras características.



Sin embargo, algunos sujetos no han permanecido pasivos en medio de tanta transformación social y laboral, sino que han logrado adecuarse al ritmo neoliberal, volviéndose híper competitivos, olvidando la solidaridad social, centrándose en sí mismo y maximizando sus posibilidades. Son estos individuos los que llevan el discurso gerencial y neoliberal, logrando desarrollar un espíritu de empresa.

Es gracias al Neoliberalismo, que este individuo comienza a sentir la necesidad de velar y mejorar su propio futuro, comenzando a forjar sus propios caminos profesionales. Apareciendo el “Trabajador Autónomo” de Ulrich Beck (1998), quién comienza a desarrollar trabajo para sí mismo y para los demás. En otras palabras, el actual modelo económico comienza a formar a los individuos “empresarios-de-sí-mismo” quienes comienzan a producir y a generar trabajos para poder auto-gobernarse y comenzar a transformarse en empresarios. Lo anterior se ve favorecido por la libertad que ofrece el mercado, la desprotección del gobierno (sobre todo en temáticas laborales), y por la misma precariedad que comienzan a tener los empleos dependientes, siendo mucho más factible la vía independiente.

Microemprendimiento e informalidad

En Chile, el trabajo por cuenta propia se caracteriza por ser una pequeña unidad económica productiva, donde pueden trabajar hasta 10 personas, incluido el dueño (Ministerio de Economía, Fomento y Turismo, 2018), así mismo, es de naturaleza vulnerable al estar expuesta a los vaivenes de la economía y en muchas ocasiones, sin respaldos legales que las amparen. Sin embargo, se puede distinguir dentro del trabajo por cuenta propia al Emprendimiento y el microemprendimiento. El primero se caracteriza por ser una idea de negocio novedosa y rentable que se vuelve perdurable a través del tiempo, para ello, los sujetos que realizan tal actividad poseen una alta escolaridad, siendo más propensos a transformarse en empleadores y generar nuevos empleos que favorecen la economía del país.

Por su parte, el microemprendimiento se caracteriza por ser una idea de negocio sencilla, sin grandes inversiones ni ganancias¹, siendo los sujetos que desarrollan esta actividad, personas con bajos niveles educativos² y en donde existe un alto grado de informalidad en sus operaciones³, lo cual provoca que aumente su desprotección, la criminalización y persecución, y las pérdidas económicas para los microemprendedores.

Sin embargo, el problema de la informalidad se centra en un problema mucho más profundo y estructural, en donde influye el mercado y sus grandes empresas transnacionales que afectan significativamente a las economías nacionales, ya que poseen una concentración



de capitales, competencias económicas desmedidas, e innovaciones tecnológicas, produciendo una modernización parcial, en la que una parte de la población se ve favorecida, debiendo el resto saber adaptarse (Razeto, 1993). Por lo tanto, debe ser preocupación de los gobiernos la regulación del mercado, como así también el proponer y entregar soluciones eficientes para erradicar la economía y del trabajo informal, puesto que esto ayudaría proporcionalmente en la tan deseada modernización de las economías (Tokman, 2001).

Hasta que el Estado no se haga cargo de esta problemática social y económica, la informalidad seguirá existiendo y resurgiendo, puesto que es una respuesta popular, espontánea y creativa de las personas de menores recursos, vulneradas y olvidadas por el Estado para poder subsistir y salir adelante. Ya que el Estado ha transformado la legalidad en un privilegio económico y político, no accesible a las clases populares (De Soto, 1987).

Muestra y técnica de investigación.

Tal como se señaló anteriormente, la presente ponencia corresponde a una investigación mucho más amplia, donde se logró entrevistar a 11 microemprendedores que cumplieron con las siguientes condiciones: ser hombre o mujer; mayor a 18 años; que se dedique a la comercialización, al por menor, de productos terminados; que sea dueño o propietario de su propio negocio, ya sea que este se encuentre regulado legalmente o no; que lleve por lo menos un año trabajando independiente; y que trabaje en la comuna de Santiago, independientemente si reside o no en dicha comuna.

Los sujetos de investigación fueron seleccionados en terreno y/o con cooperación de terceras personas. Realizando una observación no participante al principio, la cual permitió observar en terreno a los posibles sujetos de ser entrevistados, y si cumplían con las exigencias de la muestra.

El instrumento de investigación utilizado fue la entrevista semiestructurada, ya que esta permite ser flexible, dinámica y no directiva, pudiendo adaptarse y acomodarse a la entrevista en curso, motivar al interlocutor, aclarar términos, identificar ambigüedades y reducir formalismo La ensci201 (Díaz-Bravo, 2013)

La pauta de entrevista, contó con un total de 56 preguntas de carácter abierto, donde se encontraban preguntas de caracterización, historia personal, motivaciones, y expectativas de los entrevistados.

El trabajo en terreno y levantamiento de datos, tuvo una duración de cuatro meses, desarrollándose entre los meses de septiembre a noviembre del año 2017.



Análisis del discurso de las experiencias y motivaciones de los microemprendedores

El levantamiento como se indica es cualitativo, en el cual se recogió la información de los sujetos, pensando en dos categorías previamente construidas que son las: experiencias y motivaciones. Por lo que ahora damos un acercamiento al análisis realizado para dar nuestras conclusiones de la investigación.

Además, debemos indicar que el análisis se enfoca en conocer la vida social y personal del sujeto investigado, por tanto, también conocer su historia y relación con familiares, amigos, conocidos, entre otros. Este acercamiento permite entender dónde y cómo se desarrolló como persona, logrando ver desde su perspectiva la realidad. Por lo que las observaciones son respecto a sus experiencias y motivaciones que tienen tanto de su trabajo como de su vida personal.

Análisis de las experiencias

Para su análisis se observaron los beneficios, las dificultades y competencias del microemprendedor con el objetivo de entender como significan las acciones cotidianas que realizan. De ello notamos que la experiencia es individual y no igual a la de otro trabajador, sin embargo, se hallaron factores similares.

En los beneficios se hallaron tres categorías; la valorización del trabajo, la flexibilidad del trabajo y los beneficios personales, los cuales refieren a la satisfacción emocional, calidad de vida y económica, del trabajo que realizan, donde entienden que son dueños y empresarios de su vida y de su empresa. Cabe mencionar, que uno de los beneficios más importante son los ingresos, pero no el principal mencionado por ellos, ya que los microemprendedores indican que hacen un trabajo que “les gusta”, apreciando el trabajo y no lo consideran una actividad obligatoria, tomando sus propias decisiones y la flexibilidad que puedan tener. Respecto a los beneficios personales se indicaron dos factores: lo material y la calidad de vida, el primero es en cuanto a los servicios básicos, la educación y el bienestar, por lo cual se puede obtener con el trabajo una estabilidad económica, y, por otro lado, la calidad de vida se representó en bienestar físico, material, social, desarrollo y emocional.

Sobre las dificultades son dos: las iniciales que refieren al capital y la formalidad, ya que es un proceso burocrático y que requiere cierto nivel de competencias; y las segunda son las dificultades diarias, que refiere de algunos microemprendedores que están en la ilegalidad, quienes viven con inseguridad respecto a la fiscalización, y a los formales en cuanto a los “robos hormigas” que enfrentan a diario.



Y por último se observó que las competencias tienen dos componentes: a quienes ven la competencia como un enemigo por vender el mismo producto a menor costo, y otro quienes ven a un compañero y apoyo del rubro, ya que si necesitan algo o no tienen lo que busca el cliente se acompaña o se promociona a quien vende el mismo producto.

Por lo tanto, referente a las experiencias es comprendida de forma objetiva lo que es subjetivo, es decir, toman ciertos componentes que se encuentran en la realidad para describir sus actividades y desarrollo del negocio. Por ello se entiende como una actividad reciproca social, donde el sujeto ve su actividad económica y la comprende con el mundo exterior, ya sea con otros comerciantes, instituciones, entre otros.

Análisis de las motivaciones por las cuales ser un microemprendedor.

Para entender las motivaciones se comprendió desde un principio que este proceso se inicia, guía y mantiene las conductas del sujeto, como indica Garcia-Allen, es una “fuerza” que hace actuar a las personas.

De los hallazgos podemos mencionar dos categorías las iniciales y las diarias de las cuales tienen diversos componentes que si bien pueden ser comprendidas de forma independiente algunas se relacionan entre sí, dependiendo del caso del microemprendedor.

Las motivaciones iniciales son vividas antes del negocio, lo principal mencionado por los ellos es que, vienen de una familia comerciante, por lo que el negocio pasa de generación en generación, otra motivación es que conocen el rubro, por experiencias, como haber trabajado de forma dependiente con el producto comercializado. Otro factor mencionado es porque trabajar de forma dependiente no daría las ganancias de forma personal, sino que serían para su empleador.

De las motivaciones diarias, dan un giro de lo que fueron las motivaciones iniciales, ya que cambian las aspiraciones, a través de los años. Estos son tres: fuente de ingreso, satisfacción laboral y organización del tiempo.

Para su análisis es que se observó que sus motivaciones son propias de su biografía, en la cual influyen sus padres y/o familiares, la educación y la crianza. Por otro lado, en la teoría de McClelland, la motivación es por “necesidad de logro”. Los sujetos son personas que sienten impulsos intensos para alcanzar metas que comprometan un desafío y toman riesgos para conseguirlo. Por lo tanto, la satisfacción es el principal motor.



Conclusión: Sujeto de crecimiento.

Dado el análisis es que podemos pasar a las conclusiones, la cual se hizo desde una lectura a la ideología de los relatos, entregados a partir del lenguaje propio de los comerciantes, significando así lo que ellos quieren decir, y dando cuenta de la interpretación social que se le puede dar. Como bien lo aclara Ibáñez (2003), la dicotomía mente/mundo es reemplazada por la dualidad discurso/mundo.” En esta visión, el lenguaje no se considera solamente un vehículo para expresar y reflejar nuestras ideas, sino un factor que participa y tiene injerencia en la constitución de la realidad social” (Santander, 2011).

Es por ello que haciendo una lectura sociológica de autores que se refieren a los trabajadores microemprendedores o emprendedores para la conclusión es que, se reconocieron dos principales descripciones del trabajador independiente, el emprendedor y el sujeto de crecimiento. El primero corresponde a un trabajador ideal del modelo capitalista, como indica el departamento de economía de la Universidad de Chile, son sujetos con alta escolaridad, y con distintos modos de resolver los conflictos, siendo más propensos a transformarse en empleadores y generar nuevos empleos para el país.

El segundo, corresponde al sujeto de crecimiento descrito por Razeto, desde aquí se tomará su definición de crecimiento, no así su teoría de economía solidaria. Este sujeto va más allá de la pura sobrevivencia y subsistencia, es decir, no va solo por la simple satisfacción de necesidades personales, más bien refiere a la persona que logra a través del trabajo independiente un mejoramiento progresivo, en su calidad de vida, valorando los aspectos de libertad y autogestión. Realizan, además, actividades o capacitaciones que les permiten desarrollar mejores posibilidades de éxito, creciendo más allá de la subsistencia. (Razeto, 1993)

Para la investigación y luego de observar la descripción de las experiencias vividas por los microemprendedores, se comprende que, el comerciante no trabaja bajo una idea capitalista de emprendimiento desde como lo entiende la OIT, las políticas públicas chilenas, las instituciones y el estado chileno, como un emprendedor líder que crea sus propios productos, innova y desea crecer económicamente a nivel empresarial, para así crecer además como país. El trabajador independiente, se mueve por sus aspiraciones, las cuales son ser dueño de su negocio y de su vida, por lo que, de los casos presentados significan su trabajo desde una idea individual y voluntaria de la opción laboral, para cubrir necesidades básicas, solventar a su familia, entre otras, no formar un negocio lucrativo, no aspira a un crecimiento de pequeña y mediana empresa, sus aspiraciones son de crecimiento a nivel personal y laboral.



El trabajador independiente que se dedica al comercio, toma esta opción laboral por crecimiento, cumple con sus necesidades básicas, económicas y existe satisfacción con su decisión de Microemprendimiento, esta es una opción laboral (distinta a ser un dependiente), donde pueden tomar sus propias decisiones y la satisfacción no es tan solo económica, sino que también para satisfacer a los clientes que atienden.

Para realizar esta actividad económica el trabajador toma riesgos y busca sus propios soportes, estos riesgos no son tomados a partir de actos impulsivos si no que, desde la experiencia vivida seleccionan: el producto, el sector donde venden y la formalidad del negocio, los riesgos fueron abordados y derribados a partir de experiencias que son reproducidas. Por lo que la toma de decisión del Microemprendimiento se realiza por crecimiento, cubrir lo necesario y un desarrollo económico/individual, no ser un sujeto con mentalidad de emprendedor propiamente tal, como se entiende desde las diversas lecturas capitalistas que se tienen del trabajador independiente.

Notas

¹ Según la última encuesta de microemprendimiento en Chile, publicada en el año 2018, indica que el 81,1% de los microemprendimientos generan utilidades inferiores al sueldo mínimo mensual del país que por el año 2017 se encontraba en los \$257.500 pesos chilenos, unos 368 USD.

² La misma encuesta señala que “el 17,7% de los microemprendedores no cuenta con educación formal, el 28,4% alcanzó a completar la educación básica, y el 43,1% completó la educación media” (Ministerio de Economía, Fomento y Turismo, 2018)

³ El 52,2% de las microempresas se encuentran en situación de informalidad, siendo este indicador variable y pudiendo ser muchas más las que se encuentren en tal situación.

Bibliography

- De Soto, H. (1987). *El otro sendero*. Colonia Country, México: CIA editorial electrocomp.
- Araujo , K., & Martuccelli , D. (2012). *Desafíos comunes. Retrato de la sociedad chilena y sus individuos*. Santiago : LOM ediciones .
- Beck, U. (1998). *¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós. Obtenido de <http://apim.com.mx>.
- Castel, R. (2010). *El ascenso de las incertidumbres*. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica.
- CEPAL . (15 de mayo de 2019). *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. Recuperado el 15 de septiembre de 2019, de cepal.org : cepal.org/es/comunicados/expansion-trabajo-cuenta-propia-mayor-informalidad-amenazan-situacion-laboral-america



- Díaz-Bravo, L. P. (13 de mayo de 2013). *La entrevista, recurso flexible y dinámico*. Recuperado el 25 de noviembre de 2019, de scielo.org.mx: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-50572013000300009
- Homeurbano. (2019). *homeurbano*. Recuperado el 24 de noviembre de 2019, de homeurbano.com: <https://www.homeurbano.com/es/chile-santiago/barrio-santiago-centro>
- Ibáñez, J. (2003). *Más allá de la Sociología*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A.
- Ministerio de Economía, Fomento y Turismo. (mayo de 2018). *Boletín. El microemprendimiento en Chile* . Recuperado el 25 de noviembre de 2019 , de economia.gob.cl : https://www.economia.gob.cl/wp-content/uploads/2018/06/El_microemprendimiento_en_Chile_mayo_2017.pdf
- Penaforte, M. (06 de junio de 2017). *Economía y negocios*. Recuperado el 24 de noviembre de 2019, de Alza del empleo por cuenta propia en un contexto de desaceleración se agudizó en los últimos años: <http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=367175>
- Razeto, L. (1993). *De la economía popular a la economía de solidaridad, en un proyecto de desarrollo alternativo*. México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana. Recuperado el 05 de septiembre de 2018, de <http://www.luisrazeto.net>: <http://www.luisrazeto.net/content/de-la-econom%C3%ADa-popular-la-econom%C3%ADa-de-solidaridad-en-un-proyecto-de-desarrollo-alternativo>
- Sader, E. (05 de julio de 2017). *Enciclopedia Latinoamericana* . Recuperado el 15 de septiembre de 2019, de latinoamericana.wiki.br: <http://latinoamericana.wiki.br/es/entradas/d/dictaduras-militares>
- Santander, P. (2011) *Porqué y como hacer análisis de discurso*. Santiago, Chile
- Tokman, V. E. (2001). *De la informalidad a la modernidad*. (M. Délano, Ed.) Santiago: Oficina internacional del trabajo.